PLANILHA DE PROJETOS LEGISLATIVOS DE INTERESSE DO CAU/BR
20 DE JULHO DE 2015

Por determinação do Presidente do Presidente do CAU/BR, Arquiteto Haroldo Pinheiro, publicaremos semanalmente, uma Planilha de Projetos Legislativos de Interesse do CAU/BR.

Nº	Identificação	Autor	Ementa	Síntese	Última Ação	Casa Atual
1	PLC 00031/2014 SF	Senador Augusto Coutinho	Estabelece a Política Nacional de Manutenção Predial; cria o Plano de Manutenção Predial; institui a obrigatoriedade de inspeções técnicas visuais e periódicas em edificações públicas ou privadas, residenciais, comerciais, de prestação de serviços, industriais, culturais, esportivas e institucionais, destinadas à conservação e/ou à recuperação da capacidade funcional das edificações; e dá outras providências.	Dispõe sobre a Política Nacional de Manutenção Predial e determina a obrigatoriedade de inspeções técnicas visuais e periódicas nas edificações públicas ou privadas, residenciais, comerciais, de prestação de serviços, industriais, culturais, esportivas e institucionais em todo o território nacional, bem como as regras de manutenção preventiva e corretiva de danos aos consumidores adquirentes e usuários de imóveis; define os objetivos da Política Nacional de Manutenção Predial; Dispõe sobre as Diretrizes da Política Nacional de Manutenção Predial; dispõe sobre os direitos do titular da edificação e dos possuidores de edificações privadas; estabelece os deveres dos responsáveis por edificação pública; define as obrigações dos construtores; dispõe sobre a Política Nacional de Manutenção Predi	Data: 10/03/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Matéria aguardando distribuição. Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Senado Federal

Nº	Identificação	Autor	Ementa	Síntese	Última Ação	Casa Atual
2	SCD 00004/2015 SF	Senador Paulo Paim	Institui a Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência; altera as Leis nºs 4.737, de 15 de julho de 1965, 7.853, de 24 de outubro de 1989, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.078, de 11 de setembro de 1990, 8.213, de 24 de julho de 1991, 8.313, de 23 de dezembro de 1991, 8.429, de 2 de junho de 1992, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.742, de 7 de dezembro de 1993, 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, 9.029, de 13 de abril de 1995, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.503, de 23 de setembro de 1997, 9.615, de 24 de março de 1998, 10.048, de 8 de novembro de 2000, 10.098, de 19 de dezembro de 2000, 10.257, de 10 de julho de 2001, 10.406, de 10 de janeiro de 2002, 11.126, de 27 de junho de 2005, 11.904, de 14 de janeiro de 2009, e 12.587, de 3 de janeiro de 2012, e a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e revoga dispositivo da Lei nº 9.008, de 21 de março de 1995.	Institui a Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência, destinada a assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e liberdades fundamentais pela pessoa com deficiência, visando a sua inclusão social e cidadania.	Data: 03/06/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO Encaminhado à Publicação o Parecer nº 266, de 2015-CDH, relator Senador Romário, pela aprovação, com as adequações redacionais que apresenta. ********** Retificado em 03/06/2015********** Encaminhado à Publicação o Parecer nº 266, de 2015-CDH, relator Senador Romário, pela aprovação, com as adequações redacionais que apresenta. É lido e posteriormente aprovado o Requerimento nº 645, de 2015, subscrito por líderes partidários, solicitando urgência para a matéria, nos termos do art. 336, II, c/c art. 338, II, RISF. Situação: PRONTO PARA DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO; Data: 03/06/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO Agendada para a Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 10.06.2015. Discussão, em turno único. Situação: AGENDADA PARA ORDEM DO DIA	Senado Federal

Nº	Identificação	Autor	Ementa	Síntese	Última Ação	Casa Atual
3	PLS 00550/2011 SF	Senador Walter Pinheiro	Altera a Lei Complementar nº 103, de 14 de junho de 2000, que autoriza os Estados e o Distrito Federal a instituir o piso salarial a que se refere o inciso V do art. 7º da Constituição Federal, por aplicação do disposto no parágrafo único do seu art. 22, para dispor sobre o piso salarial dos empregados com diploma em educação superior.	Altera a Lei Complementar nº 103/2000 para dispor que o piso salarial dos empregados com diploma em educação superior não será fixado em valor inferior a R$ 1.635,00 (mil e seiscentos e trinta e cinco reais), a partir da data da publicação desta Lei Complementar, sendo que o valor será reajustado anualmente, sempre em 1º de janeiro de cada ano, pela variação integral anual do índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC do Instituto Brasileiro de Economia e Estatística - IBGE. Assunto: Educação - Social	Data: 27/02/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Matéria pronta para a Pauta na Comissão, com voto do Senador José Pimentel, contrário ao Projeto. Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO	Senado Federal
4	PLS 00368/2012 SF	Senadora Ana Amélia	Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para dispor sobre as Áreas de Preservação Permanentes em áreas urbanas.	Altera a redação do § 9º e acresce § 10 ao art. 4º da Lei nº 12.651/12 (dispõe sobre a proteção da vegetação nativa) para considerar, no § 9º da mencionada Lei, como Área de Preservação Permanente, as áreas urbanas, assim entendidas as áreas compreendidas nos perímetros urbanos definidos por lei municipal, e nas regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, as faixas marginais de qualquer curso d'água natural que delimitem as áreas da faixa de passagem de inundação terão sua largura determinada pelos respectivos Planos Diretores e Leis de Uso do Solo, ouvidos os Conselhos Estaduais e Municipais de Meio Ambiente, e respeitado, no que couber, o plano de defesa civil. Sendo que, de acordo como o § 10 da mencionada Lei, no caso de áreas urbanas, assim entendidas as compreendidas nos perímetro	Data: 11/03/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle Ao Senhor Senador ROBERTO ROCHA para relatar. Juntado o relatório oferecido pelo Senador Acir Gurgacz às fls. 29 a 33. Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA	Senado Federal

Nº	Identificação	Autor	Ementa	Síntese	Última Ação	Casa Atual
5	PLS 00066/2014 SF	Senador Paulo Bauer	Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para dispor sobre o estabelecimento de faixas não-edificáveis e limitações à edificabilidade em loteamentos urbanos.		Data: 09/07/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle Ao Senhor Senador VALDIR RAUPP, para relatar. Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA	Senado Federal
6	SCD 00293/2012 SF	Senador Vital do Rêgo	Estabelece normas gerais para implantação e compartilhamento da infraestrutura de telecomunicações e altera as Leis nºs 9.472, de 16 de julho de 1997, 11.934, de 5 de maio de 2009, e 10.257, de 10 de julho de 2001.	Estabelece normas gerais de política urbana, relativas à proteção do patrimônio histórico, cultural, turístico e paisagístico, e proteção à saúde e ao meio ambiente associadas à instalação de redes de telecomunicações de interesse coletivo; obriga o compartilhamento das infraestruturas, salvo motivo técnico; e institui procedimento simplificado para licenciamento.	Data: 05/03/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO Esta matéria passa a tramitar como Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado - SCD 2/2014.	Senado Federal
7	PLS 00037/2011 SF	Senador Marcelo Crivella	Altera a Lei nº. 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para incluir a obrigatoriedade de as concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica substituírem redes aéreas de distribuição de energia por redes subterrâneas em cidades com mais de 100 mil habitantes e dá outras providências.	Altera o art. 16 da Lei 9.427/1996 para obrigar as concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica a substituírem as redes aéreas de distribuição de energia elétrica por redes subterrâneas em cidades com mais de 100 mil habitantes.	Data: 25/03/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CI - Comissão de Serviços de Infra-Estrutura Ao Gabinete do Senador Ricardo Ferraço, para relatar a matéria. Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA	Senado Federal

Nº	Identificação	Autor	Ementa	Síntese	Última Ação	Casa Atual
8	PLS 00504/2013 SF	Senador Wilder Morais	Altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, que dispõe sobre a desapropriação por utilidade pública, para dispor sobre a desapropriação para reparcelamento do solo.	Altera o Decreto-Lei nº 3365/41 – que Dispõe sobre desapropriações por utilidade pública – para estabelecer que a desapropriação poderá abranger área contígua necessária ao desenvolvimento da obra ou destinada a reparcelamento do solo; define reparcelamento do solo; estabelece que os lotes resultantes de reparcelamento do solo e as unidades imobiliárias sobre eles eventualmente edificadas poderão ser incorporados ao patrimônio público na condição de bens dominicais ou alienados a terceiros; determina que na hipótese de reparcelamento do solo integrado a obra pública, a declaração de utilidade pública deverá delimitar as áreas indispensáveis à realização da obra e as que se destinam ao reparcelamento; condiciona a declaração de utilidade pública para reparcelamento do solo à prévia aprovação.	Data: 22/04/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CAE - Comissão de Assuntos Econômicos O Presidente da Comissão, Senador Delcídio do Amaral, designa o Senador Cristovam Buarque relator da matéria. Ao Relator. Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA	Senado Federal
9	PLS 00252/2014 SF	COMISSÃO - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa	Dispõe sobre a adoção de práticas de construção sustentável.	Determina que a adoção de práticas de construção sustentável será observada como diretriz na execução da política urbana e no tocante às edificações de propriedade da União, compreendendo a implantação de telhados verdes e de sistemas de aproveitamento de energia solar, de águas pluviais e de reutilização de água.	Data: 11/06/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CI - Comissão de Serviços de Infra-Estrutura Devolvido pelo relator, com minuta de parecer pela aprovação do Projeto, nos termos da emenda substitutiva que apresenta. Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO	Senado Federal

Nº	Identificação	Autor	Ementa	Síntese	Última Ação	Casa Atual
10	PEC 00013/2014 SF	Senador Aloysio Nunes Ferreirae	Inclui os arts. 18-A e 159-A e altera o art. 182 da Constituição Federal, para dispor sobre a instituição de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões.	Altera a Constituição Federal para dispor sobre a criação e a instituição de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões.	Data: 10/03/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Matéria aguardando distribuição. Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Senado Federal
11	PEC 00014/2015 SF	Senador Cássio Cunha Lima	Altera o inciso XVI do art. 37 da Constituição Federal para permitir que profissionais da engenharia e arquitetura possam exercer, cumulativamente, dois cargos públicos.	Altera o art. 37 da Constituição Federal, que trata da Administração Pública, para permitir que profissionais da engenharia e arquitetura possam exercer, cumulativamente, dois cargos públicos.	Data: 02/07/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania O Presidente da Comissão, Senador José Maranhão, designa Relator da matéria o Senador José Agripino. Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA	Senado Federal
12	PLS 00118/2012 SF	Senadora Lúcia Vânia	Altera os arts. 40, 55 e 99 e acrescenta o art. 98-A à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para prever, nas contratações que envolverem a execução de obras e serviços de engenharia, a obrigação do contratado de fornecer ao órgão ou entidade contratante, aos órgãos de controle interno e externo e ao Ministério Público os correspondentes estágios dos cronogramas físico e financeiro, e dá outras providências.		Data: 10/03/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Matéria aguardando distribuição. Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Senado Federal

Nº	Identificação	Autor	Ementa	Síntese	Última Ação	Casa Atual
13	PLS 00559/2013 SF	COMISSÃO - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa	Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.	Estabelece normas gerais de licitações e contratos administrativos no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Revoga a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (Lei das Licitações), a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 (que instituiu a modalidade de pregão nas licitações) e os arts. 1 a 47 da Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011 (Regime Diferenciado de Contratações – RDC). (Projeto da nova lei de licitações, da Comissão Temporária de modernização da Lei de Licitações e Contratos).	Data: 26/03/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CAE - Comissão de Assuntos Econômicos Devolvido pelo relator, por solicitação desta secretaria. A presente proposição continua a tramitar, nos termos dos incisos do art. 332 do Regimento Interno e do Ato da Mesa nº 2 de 2014. Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA	Senado Federal
14	PLC 00059/2010 SF	Deputado Miguel Martini	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências - Estatuto da Cidade, no que diz respeito à arborização urbana.	inclusão, no Estatuto da Cidade, de obrigação de o plano diretor do município conter diretrizes para o plano de arborização urbana, que deve estabelecer normas sobre o plantio e a conservação de árvores nos logradouros públicos e criar programa de educação ambiental para garantir a participação da população no trato da arborização.	Data: 20/09/2013 Casa: Senado Federal Tramitação: SEXP - SECRETARIA DE EXPEDIENTE Anexado o Ofício SF nº 2.118, de 20/09/2013, ao Senhor Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados encaminhando autógrafos do projeto para revisão, nos termos do art. 65 da Constituição Federal. (fls. 49 a 51). Situação: REMETIDA À CÂMARA DOS DEPUTADOS	Câmara dos Deputados

Nº	Identificação	Autor	Ementa	Síntese	Última Ação	Casa Atual
15	PLS 00056/2012 SF	Senador Pedro Taques	Institui normas relacionadas à responsabilização na contratação de obras públicas e dá outras providências.	Estabelece, nos termos do inciso XXVII do art. 22 da Constituição Federal, normas de execução, fiscalização, controle e recebimento na contratação de obras públicas, aplicando-se à União, aos Estados e ao Distrito Federal e aos Municípios, inclusive autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, sem exclusão dos princípios e normas gerais contidos nas Leis nºs 8.666/93 e 10.520/02 (art. 1º e 2º); define sobrepreço, superfaturamento, jogo de planilha (art. 3º); estabelece de forma clara e objetiva as composições de custos unitários e o detalhamento de encargos sociais e do BDI que integram o projeto básico de obra ou serviço de engenharia, define empreitada por preço global e o que o contrato firmado por essa modalidade deverá conter, define a empreitada por preço	Data: 05/05/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CI - Comissão de Serviços de Infra-Estrutura Ao Gabinete do Senador Paulo Bauer, para relatar a matéria. Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA; Data: 05/05/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CI - Comissão de Serviços de Infra-Estrutura Ao Gabinete do Senador Paulo Bauer, para relatar a matéria. Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA	Senado Federal
16	PLC 00056/2014 SF	Senado Onofre Santo Agostini	Altera o art. 28 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade, para vedar o direito de outorga onerosa do direito de construir às casas noturnas, boates, casas de espetáculos ou afins.	Altera o art. 28 da Lei nº 10.257/2001 (Estatuto da cidade) para vedar a concessão do direito de outorga onerosa do direito de construir (emitida pelo Município para que o proprietário de um imóvel edifique acima do limite estabelecido no plano diretor, mediante pagamento) às casas noturnas, boates, casas de espetáculos ou afins.	Data: 10/03/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Matéria aguardando distribuição. Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Senado Federal

Nº	Identificação	Autor	Ementa	Síntese	Última Ação	Casa Atual
17	PLS 00320/2014 SF	Senador Wilson Matos	Altera o art. 48 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para estender a universidades privadas e centros universitários, públicos ou privados, a revalidação de diplomas de graduação expedidos por universidades estrangeiras.	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para possibilitar às universidades privadas e aos centros universitários públicos e privados revalidar diplomas de graduação expedidos por universidades estrangeiras.	Data: 19/06/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CE - Comissão de Educação Matéria constante da Pauta da 28ª Reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, agendada para o dia 23/06/2015. Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO;	
18	PLS 00236/2012 SF	Senador José Sarney	Reforma do Código Penal Brasileiro.	Institui novo Código Penal, sendo divido em Parte Geral (art. 1º ao 120) e Parte Especial (art. 121 ao 541). Sendo a Parte Geral dividida nos seguintes Títulos: I - Aplicação da Lei Penal (art. 1º ao 13); II - Do Crime (art. 14 ao 44); III - Das Penas (art. 45 ao 70); VI - Da Individualização das Penas (art. 71 ao 94); V - Medidas de Segurança (art. 95 ao 98); VI - Ação Penal (art. 99 ao 104); VII - Barganha e Colaboração com a Justiça (art. 105 ao 106); VIII - Extinção da Punibilidade (art. 107 ao 120). A Parte Especial tem os seguintes Títulos: I - Crimes Contra a Vida (art. 121 ao 154); II - Crimes Contra o Patrimônio (art. 155 ao 171); III - Crimes contra a Propriedade Imaterial (art. 172 ao 179); IV - Crimes Contra a Dignidade Sexual (art. 180 ao 189); V - Crimes Contra a Incolumidad	Data: 08/06/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Juntei, de ordem da Presidência do Senado Federal, correspondência da Comissão Especial de Direitos Autorais da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional de São Paulo (à fl. 4672 e seguintes do Volume XII do PLS nº 236, de 2012), com manifestação sobre a Reforma do Código Penal. (Tramitam anexadas ao PLS nº 236, de 2012, as seguintes matérias: Projetos de Lei da Câmara nºs 80, 81 e 82, de 2012; 9 e 10, de 2013; e os Projetos de Lei do Senado nºs 233, 236 e 237, de 2009; 50, 90, 101, 125, 150, 166, 183, 282, 306, 308, 337, 358, 359, 367, 385, 386, 410, 419, 422, 427, 456, 457, 481, 484, 501, 520, 555, 567, 646, 653, 656, 674, 675, 676, 683, 707, 725, 731, 734, 748, 762 e 763, de 2011; 58, 68, 122, 131, 177, 223, 232, 285, 287, 328, 363, 372, 399, 411 e 453, de 2012; 41, 55, 78, 87, 104, 111, 147, 228, 243, 357, 404, 429, 451, 490 e 516, de 2013) (Tramitam em conjunto as seguintes matérias: PLS 236/2012 e PLS 150/2015) Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	

Nº	Identificação	Autor	Ementa	Síntese	Última Ação	Casa Atual
19	PLS 00561/2009 SF	Senador Marcelo Crivella	Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer formato específico para o instrumento de fiscalização dos contratos de obras e serviços de engenharia, arquitetura e agronomia.		Data: 31/03/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle Matéria distribuída ao Senador Blairo Maggi, para relatar. Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA	
20	PL 00985/2015 CD PLC 00036/2015 SF	Senador Domingos Neto	Altera o art. 65 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para alterar as penas nele previstas para o crime de pichação de edificação ou monumento urbano.	Altera a pena o crime de pichação de edificação ou monumento urbano.	Data: 07/05/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO Encaminhado à publicação. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.; Data: 07/05/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Recebido nesta Comissão às 15h15. Matéria aguardando distribuição. Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Senado Federal
21	PL 06830/2013 CD	Deputado. Valdir Colatto	Altera a Lei nº 12.651, de 25 maio de 2012, para dispor sobre as áreas de proteção permanente no perímetro urbano e nas regiões metropolitanas.		Data: 06/05/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU) Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados
22	PL 00696/2003 CD PLC 00166/2008 SF	Deputado Zezeu Ribeiro	Dispõe sobre o acesso à informação de valor didático por alunos e professores nas áreas de engenharia e arquitetura e dá outras providências.		Data: 03/06/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Designado Relator, Dep. Andre Moura (PSC-SE); Data: 03/06/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Designado Relator, Dep. Andre Moura (PSC-SE)	Câmara dos Deputados

Nº	Identificação	Autor	Ementa	Síntese	Última Ação	Casa Atual
23	PL 00791/2011 CD	Deputado Jovair Arantes	Altera o inciso III do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para definir validade legal de diploma de pós-graduação para o exercício profissional.		Data: 08/05/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) Apresentação do Parecer do Relator n. 3 CTASP, pela Deputada Jozi Rocha (PTB-AP). Inteiro teor Parecer da Relatora, Dep. Jozi Rocha (PTB-AP), pela aprovação deste, com substitutivo. Inteiro teor	Câmara dos Deputados
24	PL 07841/2014 CD PLS 00399/2011 SF	Senador Roberto Requião	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da educação), para dispor sobre a revalidação e o reconhecimento automático de diplomas oriundos de cursos de instituições de ensino superior estrangeiras de reconhecida excelência acadêmica.	Altera a Lei nº 9394/96 - que dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação - para determinar que os diplomas de cursos de graduação, Mestrado ou Doutorado de reconhecida excelência acadêmica, expedidos por instituições de educação superior estrangeiras, poderão ter revalidação ou reconhecimento automático; estabelece que o Poder Público divulgará, periodicamente, a lista de cursos e instituições acima referidas.	Data: 11/06/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: PLENÁRIO (PLEN) Apresentação do Requerimento de Apensação n. 2113/2015, pelo Deputado Waldenor Pereira (PT-BA), que: "Solicita a tramitação conjunta dos Projetos de Lei nº 1.981/2011 e o 7.841/2014". Inteiro teor	Câmara dos Deputados
25	PL 07093/2014 CD	Deputado Irajá Abreu	Acresce dispositivo à Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.	Estabelece critérios para dispensa de alvará na averbação de construção residencial urbana unifamiliar.	Data: 23/06/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Apresentação do Parecer do Relator n. 2 CCJC, pelo Deputado Rogério Rosso (PSD-DF). Inteiro teor Parecer do Relator, Dep. Rogério Rosso (PSD-DF), pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação. Inteiro teor	Câmara dos Deputados
26	PL 00600/2011 CD	Deputado Augusto Coutinho	Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que "dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências", para isentar os idosos de contribuição aos Conselhos e demais entidades de fiscalização profissional.		Data: 15/07/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Finanças e Tributação (CFT) - 09:30 Reunião Deliberativa Ordinária Retirado de pauta em virtude da ausência do relator	Câmara dos Deputados

Nº	Identificação	Autor	Ementa	Síntese	Última Ação	Casa Atual
27	PL 04302/2012 CD	Deputado Laercio Oliveira	Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.	Assegura ao contratado o direito de suspender o cumprimento de suas obrigações, assim que verificado qualquer atraso no pagamento da obra, serviço ou fornecimento contratado pelo Poder Público.	Data: 17/04/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Finanças e Tributação (CFT) Designada Relatora, Dep. Leandre (PV-PR)	Câmara dos Deputados
28	PL 01292/1995 CD PLS 00163/1995 SF	Senador Lauro Campos	ALTERA A LEI 8666, DE 21 DE JUNHO DE 1993, QUE 'REGULAMENTA O ARTIGO 37, INCISO XXI, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, INSTITUI NORMAS PARA LICITAÇÕES E CONTRATOS DA ADMINISTRAÇÃO PUBLICA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.'	Obriga o contratado a cientificar a administração pública, em oito dias, as subcontratações que realizar.	Data: 13/07/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) À CCJC o Memorando nº 176/15 - COPER informando sobre apensação dos PLs 6429/09, 6439/09, 7023/10 e 5058/13 ao de nº 1491/96, tramitando em conjunto com o de nº 1292/95. Inteiro teor	Câmara dos Deputados
29	PL 05253/2013 CD PLS 00031/2012 SF	Senador Marcello Crivella	Altera a Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, para dispor sobre a destinação de parte da renda líquida dos Conselhos Federal e Regionais de Engenharia e Agronomia e da Mútua de Assistência dos Profissionais da Engenharia e Agronomia para o custeio de fiscalização de obras públicas inacabadas e de edificações sujeitas às inspeções periódicas a cargo do órgão, bem como de medidas que objetivem o aperfeiçoamento técnico e cultural de seus integrantes.		Data: 09/07/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Prazo para apresentação de recurso, nos termos do § 1º do art. 58 combinado com o § 2º do art. 132 do RICD (5 sessões a partir de 10/07/2015): Projeto de Lei n. 5.253/2013, PRINCIPAL, com parecer FAVORÁVEL; e Projeto de Lei n. 3.634/2012, APENSADO, com parecer CONTRÁRIO e pela INJURIDICIDADE, sujeito a arquivamento nos termos dos arts. 54 e 133 do RICD.	Câmara dos Deputados

Nº	Identificação	Autor	Ementa	Síntese	Última Ação	Casa Atual
30	PL 02043/2011 CD	Deputado Ricardo Izar	Regula o exercício da profissão de paisagista e dá outras providências.		Data: 06/02/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-108/2015. Inteiro teor Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-108/2015.	Câmara dos Deputados
31	PL 02245/2007 CD	Deputado Reginaldo Lopes	Regulamenta a profissão de Tecnólogo e dá outras providências.		Data: 26/05/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: PLENÁRIO (PLEN) Apresentação do Requerimento n. 1952/2015, pelo Deputado Pompeo de Mattos (PDT-RS), que: "Requer inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 2245, de 2007, que "Regulamenta a Profissão de Tecnólogo e dá outras providências."".	Câmara dos Deputados
32	PL 02664/2011 CD	Deputado. Arnaldo Jardim	Regulamenta o exercício da profissão de Gestor Ambiental.		Data: 15/07/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Educação (CE) - 10:00 Reunião Deliberativa Ordinária Aprovado o Parecer.	Câmara dos Deputados

Nº	Identificação	Autor	Ementa	Síntese	Última Ação	Casa Atual
33	PL 07607/2010 CD PLC 00013/2013 SF	Deputado José Chaves	Acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, caracterizando como essenciais e exclusivas de Estado as atividades exercidas por Engenheiros, Arquitetos e Engenheiros-Agrônomos ocupantes de cargo efetivo no serviço público federal, estadual e municipal.	Altera a Lei nº 5194/66 – que regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo e dá outras providências – para estabelecer que as atividades próprias das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo, quando realizadas por profissionais ocupantes de cargo efetivo no serviço público federal, estadual e municipal, são consideradas atividades essenciais e exclusivas de Estado.	Data: 10/06/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO Encaminhado à publicação o Requerimento nº 660, de 2015, do Senador Romero Jucá, que solicita, nos termos regimentais, que o Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2013, apensado ao Projeto de Lei do Senado nº 122, de 2014, passe a tramitar em separado. O Requerimento será incluído em Odem do dia oportunamente. Situação: AGUARDANDO INCLUSÃO ORDEM DO DIA DE REQUERIMENTO; Data: 10/06/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO Aguardando inclusão em Ordem do Dia do Requerimento nº 660, de 2015, do Senador Romero Jucá, que solicita o desapensamento do PLC nº 13/2013. Situação: AGUARDANDO INCLUSÃO ORDEM DO DIA DE REQUERIMENTO	Senado Federal
34	PL 04749/2009 CD	Deputado Celso Russomanno	Eleva a dez anos a responsabilidade do empreiteiro pela solidez e segurança de edifícios e outras construções consideráveis.	Aumenta o tempo de responsabilidade do empreiteiro de 5 (cinco) para 10 (dez) anos.	Data: 15/07/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU) Devolução à CCP, conforme Memorando n. 175/2015 - COPER	Câmara dos Deputados
35	PL 06699/2002 CD	Deputado Jose Carlos Coutinho	Modifica dispositivo do Código Penal, e dá outras providências.	Inclui como Crime contra a Saúde Pública o exercício ilegal da profissão de Engenheiro, Arquiteto e Agrônomo. Alterando o Decreto-Lei nº 2.848, de 1940.	Data: 26/03/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: PLENÁRIO (PLEN) Apresentação do Requerimento n. 1186/2015, pela Deputada Leandre (PV-PR), que: "Requer a inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 6699, de 2002, que "modifica dispositivo do Código Penal, e dá outras providências"".	Câmara dos Deputados

Nº	Identificação	Autor	Ementa	Síntese	Última Ação	Casa Atual
36	PL 04692/2012 CD	Deputado. Ricardo Izar	Dispõe sobre a regulamentação e o exercício da profissão de designer de interiores e dá outras providências.		Data: 15/07/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Ofício SGM-P 1546/2015 à CCJC encaminhando este projeto para elaboração da Redação Final, nos termos do Artigo 58, §4 e Artigo 24, II, do RICD. Encaminhado à CCP	Câmara dos Deputados
37	PL 05712/2001 CD	Deputado Arlindo Porto	Regulamenta o exercício da profissão de Decorador e dá outras providências.		Data: 26/11/2013 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Indeferido o Requerimento n. 9.033/2013, conforme despacho do seguinte teor: "Indefiro, nos termos do parágrafo único do art. 142 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o pedido de apensação contido no Requerimento n. 9.033/2013, tendo em vista que ambos os projetos encontram-se submetidos ao regime de tramitação conclusiva nas comissões, e que o Projeto de Lei n. 5.712/2001 já recebeu parecer de mérito. Publique-se. Oficie-se."; Data: 26/11/2013 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Indeferido o Requerimento n. 9.033/2013, conforme despacho do seguinte teor: "Indefiro, nos termos do parágrafo único do art. 142 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o pedido de apensação contido no Requerimento n. 9.033/2013, tendo em vista que ambos os projetos encontram-se submetidos ao regime de tramitação conclusiva nas comissões, e que o Projeto de Lei n. 5.712/2001 já recebeu parecer de mérito. Publique-se. Oficie-se."	Câmara dos Deputados

Nº	Identificação	Autor	Ementa	Síntese	Última Ação	Casa Atual
38	PL 06014/2013 CD PLS 00491/2011 SF	Senador Marcelo Crivella	Determina a realização periódica de inspeções em edificações e cria o Laudo de Inspeção Técnica de Edificação (Lite).		Data: 16/06/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Apresentação do Voto em Separado n. 2 CCJC, pelo Deputado Décio Lima (PT-SC).	Câmara dos Deputados
39	PL 03699/2004 CD	Deputado Arnaldo Faria de Sá	Dispõe sobre a especialização do engenheiro de prevenção e combate a incêndios, do técnico de prevenção e combate a incêndios e do bombeiro civil e dá outras providências.		Data: 09/02/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-176/2015. Inteiro teor	Câmara dos Deputados
40	PL 01365/2011 CD	Deputado Vieira da Cunha	Dispõe sobre condições necessárias à abertura e ao funcionamento de parques de diversão e similares e impõe responsabilidade solidária ao proprietário e ao administrador do empreendimento por danos causados em decorrência do mau estado de conservação, falhas técnicas em equipamentos ou de operação em desacordo com o disposto nesta Lei.		Data: 10/03/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Devolvida sem Manifestação.	Câmara dos Deputados
41	PL 08322/2014 CD PLS 00317/2003 SF	Senador Ataídes Oliveira	Isenta do imposto sobre importação os equipamentos e componentes de geração elétrica de fonte solar.		Data: 16/07/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Finanças e Tributação (CFT) Encaminhada solicitação de informação ao Ministério da Fazenda.	Câmara dos Deputados

Nº	Identificação	Autor	Ementa	Síntese	Última Ação	Casa Atual
42	PL 05858/2013 CD PLS 00119/2011 SF	Senador Acir Gurgacz	Altera as Leis nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano, e nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para dispor sobre a implantação de redes subterrâneas de infraestrutura básica previamente às obras de pavimentação e condicionar a concessão de financiamento federal para obras municipais ao cumprimento dessa disposição.		Data: 07/07/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU) Devolvido ao Relator, Dep. Heuler Cruvinel (PSD-GO)	Câmara dos Deputados
43	PL 00886/2011 CD	Deputado Alfredo Sirkis	Dispõe sobre o trânsito por propriedades privadas para o acesso a sítios naturais públicos.		Data: 25/07/2012 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Ao Arquivo - Memorando nº 165/12 - COPER	
44	PL 01703/2011 CD	Deputado Jorge Tadeu Mudalen	Dispõe sobre a instalação do denominado "Telhado Verde" e dá outras providências.		Data: 13/07/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Desenvolvimento Urbano Publicado em avulso e no DCD de 14/07/2015, Letra B.	Câmara dos Deputados
45	PL 01562/2011 CD	Deputado Félix Mendonça Júnior	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, para estabelecer diretriz quanto à adoção de tecnologias construtivas ambientalmente adequadas.		Data: 20/05/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Encerramento automático do Prazo de Recurso. Foi apresentado um recurso.	Câmara dos Deputados

Nº	Identificação	Autor	Ementa	Síntese	Última Ação	Casa Atual
46	PL 02457/2011 CD PLS 00411/2007 SF	Senador Marcelo Crivella	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), e a Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, que dispõe sobre o Sistema Financeiro da Habitação, para instituir mecanismos de estímulo à instalação de sistemas de coleta, armazenamento e utilização de águas pluviais em edificações públicas e privadas.		Data: 13/07/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Indeferido o Requerimento n. 2325/2015, conforme despacho do seguinte teor: "Indefiro, nos termos do art. 142 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o pedido de desapensação contido no Requerimento n. 2.325/2015, porquanto o Projeto de Lei n. 953/2011 e o Projeto de Lei n. 1.069/2007, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei n. 2.457/2011, tratam de matérias correlatas. Publique-se. Oficie-se".	Câmara dos Deputados
47	PL 08331/2015 CD PLS 00541/2011 SF	Senador Aloysio Nunes Ferreira	Altera a Lei n° 10.257, de 10 de julho de 2001, que "regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências", e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que "estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências", para dispor sobre acessibilidade nos passeios públicos.		Data: 30/06/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CPD) Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados
48	PL 02897/2008 CD PLC 00059/2010 SF	Deputado Miguel Martini	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que "regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências" (Estatuto da Cidade), no que diz respeito à arborização urbana.		Data: 15/04/2014 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Desenvolvimento Urbano Publicado em avulso e no DCD de 16/04/14 PAG 247 COL 01, Letra G.	Câmara dos Deputados

Nº	Identificação	Autor	Ementa	Síntese	Última Ação	Casa Atual
49	PL 04095/2012 CD	Deputado Bohn Gass	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências, no sentido da promoção do equilíbrio ambiental e das cidades sustentáveis.		Data: 08/07/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Finanças e Tributação (CFT) Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões a partir de 09/07/2015)	Câmara dos Deputados
50	PL 05015/2013 CD	Deputado Félix Mendonça Júnior	Inclui dispositivo na Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), que prevendo, nas cidades com mais de duzentos mil habitantes, contrapartida pela valorização imobiliária decorrente do aumento do potencial construtivo ou da alteração de uso de solo.		Data: 12/03/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Designado Relator, Dep. Aguinaldo Ribeiro (PP-PB)	Câmara dos Deputados
51	PL 06709/2009 CD PLS 00198/2009 SF	Senadora Rosalba Ciarlini	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que "regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências", para acrescer dispositivos de controle social da política urbana e de habitação.		Data: 15/10/2014 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Designado Relator, Dep. Paulo Teixeira (PT-SP)	Câmara dos Deputados
52	PL 02629/2011 CD	Deputado Fabio Faria	Obriga a inclusão de ciclovias quando do projeto e da execução de obras rodoviárias federais.		Data: 19/05/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CCJC, pelo Deputado Veneziano Vital do Rêgo (PMDB-PB). Inteiro teor Parecer do Relator, Dep. Veneziano Vital do Rêgo (PMDB-PB), pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste, na forma do Substitutivo da Comissão de Viação e Transportes.	Câmara dos Deputados

Nº	Identificação	Autor	Ementa	Síntese	Última Ação	Casa Atual
53	PL 05420/2013 CD PLS 00356/2011 SF	Senadora Ana Amelia	Acrescenta inciso VI ao art. 3º da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para instituir o dever da União de prestar assistência técnica e financeira aos Municípios para a elaboração do plano diretor e de outras normas dele decorrentes.		Data: 09/04/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Finanças e Tributação (CFT) Designado Relator, Dep. Renzo Braz (PP-MG)	Câmara dos Deputados
54	PL 03228/2008 CD PLS 00350/2005 SF	Senador Antonio Carlos Valadares	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, (Estatuto da Cidade), para determinar a priorização dos meios de transporte de propulsão humana sobre os motorizados e do transporte coletivo sobre o individual.		Data: 30/04/2014 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados
55	PL 06462/2009 CD PLS 00205/2008 SF	Senador Renato Casagrande	Modifica a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que "estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nºs 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências", para determinar que o planejamento para a prestação de serviços de saneamento básico inclua sistemas de redução da velocidade de escoamento de águas pluviais.		Data: 13/05/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Devolvido ao Relator, Dep. Sarney Filho (PV-MA), a pedido.	Câmara dos Deputados

Nº	Identificação	Autor	Ementa	Síntese	Última Ação	Casa Atual
56	PL 03252/2012 CD	Senadora Ana Rita	Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano, e a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, para estimular a adoção de medidas voltadas para o amortecimento e a retenção das águas pluviais em áreas urbanas.		Data: 13/06/2012 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Recebimento pela CCJC, apensado ao PL-6462/2009	
57	PL 05655/2009 CD	Poder Executivo	Dispõe sobre o ingresso, permanência e saída de estrangeiros no território nacional, o instituto da naturalização, as medidas compulsórias, transforma o Conselho Nacional de Imigração em Conselho Nacional de Migração, define infrações e dá outras providências.	Projeto de Lei chamado de "Lei do Estrangeiro". Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 1940 e a Lei nº 10.683, de 2003. Revoga as Leis nºs 6.815, de 1980; 6.964, de 1981; 9.076, de 1995; o art. 1º do Decreto-Lei nº 2.236, de 1985; e o inciso I do art. 5º da Lei nº 8.422, de 1992.	Data: 09/07/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: PLENÁRIO (PLEN) Apresentação do Requerimento de Redistribuição n. 2477/2015, pelo Deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), que: "Requer a revisão do despacho do PL nº 5.655/2009 e seus apensados, para que acrescente a Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, bem como constituir Comissão Especial destinada à apreciação de matérias em trâmite na Casa referentes à condição do estrangeiro no Brasil, migração, e todas as relacionadas à modificação ou revogação do Estatuto do Estrangeiro (Lei n. 6.815, de 1980)".	Câmara dos Deputados
58	PL 00816/2011 CD	Deputado Rubens Bueno	Dispõe sobre a regulamentação de novas profissões		Data: 27/05/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CCJC, pelo Deputado Mendonça Filho (DEM-PE). Inteiro teor Parecer do Relator, Dep. Mendonça Filho (DEM-PE), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e do Substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público. Inteiro teor	Câmara dos Deputados

Nº	Identificação	Autor	Ementa	Síntese	Última Ação	Casa Atual
59	PL 01004/2011 CD	Deputado Efraim Filho	Dispõe sobre as contribuições dos Conselhos Profissionais.		Data: 22/06/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) Parecer do Relator, Dep. Vicentinho (PT-SP), pela aprovação.	Câmara dos Deputados
60	PL 04029/2008 CD	Deputado Carlos Bezerra	Proíbe impedimentos e restrições a profissionais liberais estrangeiros, atuando legalmente no País.	Altera a Lei nº 6.815, de 1980. Revoga dispositivo que veda ao estrangeiro participar da administração ou representação de sindicato ou associação profissional, bem como de entidade fiscalizadora do exercício de profissão regulamentada.	Data: 14/07/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Apresentação do Parecer do Relator n. 2 CCJC, pelo Deputado Alceu Moreira (PMDB-RS). Inteiro teor Parecer do Relator, Dep. Alceu Moreira (PMDB-RS).	Câmara dos Deputados
61	PL 05680/2013 CD	Deputado Glauber Braga	Dispõe sobre a escolha dos membros dos Conselhos Federais e Regionais incumbidos da fiscalização do exercício profissional.		Data: 27/05/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) - 10:00 Reunião Deliberativa Ordinária Retirado de pauta, de ofício.	Câmara dos Deputados
62	PL 02861/2008 CD PLS 00227/2005 SF	Senador Alvaro Dias	Altera a Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, para estender aos técnicos de nível médio, regularmente inscritos nos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, o piso salarial mínimo.		Data: 01/07/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: PLENÁRIO (PLEN) Apresentação do Requerimento de Inclusão na Ordem do Dia n. 2342/2015, pelo Deputado Kaio Maniçoba (PHS-PE), que: "Requer a inclusão na pauta de votações da Câmara dos Deputados do Projeto de Lei nº 2861/2008, que altera a Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966".	Câmara dos Deputados

Nº	Identificação	Autor	Ementa	Síntese	Última Ação	Casa Atual
63	PL 07607/2010 CD PLC 00013/2013 SF	Deputado Jose Chaves	Inclui parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, que regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo, e dá outras providências.	Estabelece que as atividades desempenhadas por engenheiros, arquitetos e agrônomos são consideradas exclusivas de Estado.	Data: 15/04/2013 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Remessa ao Senado Federal por meio do Of. nº 101/13/PS-GSE.; Data: 10/06/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO Encaminhado à publicação o Requerimento nº 660, de 2015, do Senador Romero Jucá, que solicita, nos termos regimentais, que o Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2013, apensado ao Projeto de Lei do Senado nº 122, de 2014, passe a tramitar em separado. O Requerimento será incluído em Odem do dia oportunamente. Situacao: AGUARDANDO INCLUSÃO ORDEM DO DIA DE REQUERIMENTO; Data: 10/06/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO Aguardando inclusão em Ordem do Dia do Requerimento nº 660, de 2015, do Senador Romero Jucá, que solicita o desapensamento do PLC nº 13/2013. Situacao: AGUARDANDO INCLUSÃO ORDEM DO DIA DE REQUERIMENTO	Senado Federal

Nº	Identificação	Autor	Ementa	Síntese	Última Ação	Casa Atual
64	PL 03370/2012 CD PLC 00031/2014 SF	Deputado Augusto Coutinho	Dispõe sobre a obrigatoriedade de vistorias periciais e manutenções periódicas nas edificações constituídas por unidades autônomas, públicas ou privadas, em todo o território nacional, e dá outras providências.		Data: 19/06/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania O Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senador José Maranhão, designa Relator da matéria o Senador Romero Jucá. Situacao: MATÉRIA COM A RELATORIA; Data: 08/04/2014 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Desapensação do PL 3.376/12 (ex-apensado) deste, em função do seu arquivamento, nos termos do art. 163 c/c 164, § 4º do RICD. Desapensação do PL 3.447/12 (ex-apensado) deste, em função do seu arquivamento, nos termos do art. 163 c/c 164, § 4º do RICD. Desapensação do PL 3.507/12 (ex-apensado) deste, em função do seu arquivamento, nos termos do art. 163 c/c 164, § 4º do RICD. Desapensação do PL 4.102/12 (ex-apensado) deste, em função do seu arquivamento, nos termos do art. 163 c/c 164, § 4º do RICD Desapensação do PL 4.944/13(ex-apensado) deste, em função do seu arquivamento, nos termos do art. 163 c/c 164, § 4º do RICD. Desapensação do PL 5.145/13 (ex-apensado) deste, em função do seu arquivamento, nos termos do art. 163 c/c 164, § 4º do RICD	Senado Federal

Nº	Identificação	Autor	Ementa	Síntese	Última Ação	Casa Atual
65	PL 07699/2006 CD SCD 00004/2015 SF	Senador Paulo Paim	Institui a Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência; altera as Leis nºs 4.737, de 15 de julho de 1965, 7.853, de 24 de outubro de 1989, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.078, de 11 de setembro de 1990, 8.213, de 24 de julho de 1991, 8.313, de 23 de dezembro de 1991, 8.429, de 2 de junho de 1992, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.742, de 7 de dezembro de 1993, 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, 9.029, de 13 de abril de 1995, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.503, de 23 de setembro de 1997, 9.615, de 24 de março de 1998, 10.048, de 8 de novembro de 2000, 10.098, de 19 de dezembro de 2000, 10.257, de 10 de julho de 2001, 10.406, de 10 de janeiro de 2002, 11.126, de 27 de junho de 2005, 11.904, de 14 de janeiro de 2009, e 12.587, de 3 de janeiro de 2012, e a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e revoga dispositivo da Lei nº 9.008, de 21 de março de 1995.	Institui a Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência, destinada a assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e liberdades fundamentais pela pessoa com deficiência, visando a sua inclusão social e cidadania.	Data: 09/07/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Recebimento do Ofício nº 903/15 (SF) comunicando veto parcial e encaminhando cópia da Mensagem e autógrafo do projeto vetado.	Senado Federal
66	PL 05013/2013 CD	Senador. Vital do Rego	Estabelece normas gerais de política urbana e de proteção à saúde e ao meio ambiente associadas à implantação e ao compartilhamento da infraestrutura de telecomunicações.	Altera a Lei nº 9.472, de 1997 e a Lei nº 11.934, de 2009.	Data: 06/05/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Recebimento do Ofício nº 485/15 (SF) comunicando veto parcial e encaminhando cópia da Mensagem e autógrafo do projeto vetado.	

Nº	Identificação	Autor	Ementa	Síntese	Última Ação	Casa Atual
67	PL 03443/2012 CD PLC 00070/2013 SF	Deputado Pedro Uczai	Dispõe sobre a expedição de carteiras de registro profissional.	Estabelece a expedição de carteiras profissionais provisórias com validade de 180 (cento e oitenta dias).	Data: 10/03/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Matéria aguardando distribuição. Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Senado Federal
68	PL 00866/2011 CD	Deputado Onofre Santo Agostini	Dispõe sobre a construção e reforma de postos revendedores de combustíveis, estabelece a obrigatoriedade na execução de medidas preventivas de proteção ao meio ambiente e de segurança contra explosões e incêndios, e da outras providências.		Data: 22/04/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Defiro o Requerimento n. 1.321/2015, nos termos do art. 141 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados - RICD, e revejo o despacho inicial aposto ao Projeto de Lei n. 866/2011 para incluir a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio. Por versar a referida proposição matéria de competência de mais de três Comissões de mérito, consoante o disposto no art. 34, II, do RICD, decido pela criação de Comissão Especial. Publique-se. Oficie-se.[ATUALIZAÇÃO DO DESPACHO DO PL n. 866/2011: às CDEIC, CME, CDU, CMADS e CCJC (art. 54 do RICD) - Proposição sujeita à apreciação do Plenário. Regime de tramitação: Urgência do art. 155 do RICD.]	Câmara dos Deputados
69	PL 06179/2009 CD	Deputado Bonifacio de Andrada	Dispõe sobre o Bacharelado em Segurança do Trabalho e dá outras disposições.	Altera a Lei nº 7.410, de 1985.	Data: 11/02/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-356/2015. Inteiro teor Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-356/2015.	Câmara dos Deputados

Nº	Identificação	Autor	Ementa	Síntese	Última Ação	Casa Atual
70	PL 04923/2013 CD	Deputada Nilda Gondim	Dispõe sobre as obrigações que devem ser observadas por proprietários, administradores e responsáveis por boates, casas de shows, bares, restaurantes e estabelecimentos congêneres, que funcionem em locais fechados, estabelecendo maior rigor para a liberação de seus alvarás de funcionamento.		Data: 08/07/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este(a) o(a) PL-2154/2015.	Câmara dos Deputados
71	PL 01391/2011 CD PLC 00024/2013 SF	Deputado Penna	Dispõe sobre a regulamentação do exercício profissional de Designer e dá outras providências.	Dispõe sobre a regulamentação do exercício profissional de Designer. Define Designer, para os fins da Lei, como todo aquele que desempenha atividade especializada de caráter técnico-científico, criativo e artístico para a elaboração de projetos de design passíveis de seriação ou industrialização que atendam, tanto no aspecto de uso quanto no aspecto de percepção, necessidades materiais e de informação visual; dispõe sobre as exigências para o exercício da profissão de designer; define as atribuições do designer; estabelece que a expressão design só poderá constar da denominação de sociedade não empresária ou simples de prestação de serviços cuja diretoria for composta, em sua maioria, por designers conforme definido na Lei; dispõe sobre o exercício ilegal da profissão de design; estabelece	Data: 19/01/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO A matéria continua a tramitar, nos termos do art. 332 do Regimento Interno e do Ato da Mesa nº 2, de 2014. Aguardando inclusão em Ordem do Dia. Discussão, em turno único. Situação: PRONTO PARA DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO	Senado Federal

Nº	Identificação	Autor	Ementa	Síntese	Última Ação	Casa Atual
72	PL 04931/2013 CD	Deputado Ronaldo Fonseca	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Lei nº 12.379, de 6 de janeiro de 2011, estabelecendo requisitos para a aplicação de recursos públicos na pavimentação das vias urbanas e rodovias.	Exige a instalação de sistema de drenagem, rede de abastecimento de água e rede de esgotos.	Data: 15/05/2014 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU) Recebimento pela CDU, apensado ao PL-5858/2013	Câmara dos Deputados
73	PL 03634/2012 CD	Deputado Luiz Pitiman	Altera o parágrafo único do art. 36 da Lei nº 5.194 de 24 de dezembro de 1966, que "Regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo, e dá outras providências", a fim de excluir a expressão "proveniente da arrecadação de multas".		Data: 09/07/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Prazo para apresentação de recurso, nos termos do § 1º do art. 58 combinado com o § 2º do art. 132 do RICD (5 sessões a partir de 10/07/2015): Projeto de Lei n. 5.253/2013, PRINCIPAL, com parecer FAVORÁVEL; e Projeto de Lei n. 3.634/2012, APENSADO, com parecer CONTRÁRIO e pela INJURIDICIDADE, sujeito a arquivamento nos termos dos arts. 54 e 133 do RICD.	Câmara dos Deputados
74	PL 01650/2015 CD	Deputado Fábio Garci	Altera a Lei n.º 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública.		Data: 30/06/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este(a) o(a) PL-2039/2015.	Câmara dos Deputados
75	PL 00963/2015 CD	Deputada Tereza Cristina	Acrescenta o art. 9º-A a Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008, dispondo sobre a prioridade de alunos de instituições de ensino superior públicas na realização de estágio em obras públicas.		Data: 10/04/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 11/04/15 PÁG 38 COL 01. Data: 10/04/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) Recebimento pela CTASP.	Câmara dos Deputados

Nº	Identificação	Autor	Ementa	Síntese	Última Ação	Casa Atual
76	PL 04697/2012 CD	Deputado Damiao Feliciano	Dispõe sobre reserva de vagas para alunos oriundos da rede pública de ensino nos contratos e convênios de estágio.		Data: 08/04/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este(a) o(a) PL-963/2015.	Câmara dos Deputados
77	PL 00840/2011 CD	Deputado Alencar	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, e a Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, tendo em vista assegurar medidas de prevenção de enchentes, deslizamentos de terra e eventos similares.		Data: 10/07/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Finanças e Tributação Publicado em avulso e no DCD de 11/07/2015, Letra C.	Câmara dos Deputados
78	PL 02381/2015 CD	Deputado Luiz Carlos Busato	Institui a data de 15 de dezembro como o Dia Nacional do Arquiteto e do Urbanista.		Data: 15/07/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: PLENÁRIO (PLEN) Apresentação do Projeto de Lei n. 2381/2015, pelo Deputado Luiz Carlos Busato (PTB-RS), que: "Institui a data de 15 de dezembro como o Dia Nacional do Arquiteto e do Urbanista".	Câmara dos Deputados

Nº	Identificação	Autor	Ementa	Síntese	Última Ação	Casa Atual
79	PLP 00366/2013 CD PLS 00386/2012 SF	Senador Romero Jucá	Altera a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, que dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências.	Altera a Lei Complementar nº 116/2003 (dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências); acrescenta o § 4º ao art. 3º da referida Lei Complementar para estabelecer que o imposto será devido no local do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço; acrescenta o art. 8-A e os §§ 1º e 2º para dispor que a alíquota mínima do imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza é de 2%, que o imposto não será objeto de concessão de isenções, incentivos e benefícios tributários ou financeiros, inclusive de redução de base de cálculo ou de crédito presumido ou outorgado, ou qualquer outra forma que resulte, direta ou indiretamente, em uma carga tributária menor que a decorrente da aplicação da alíquot	Data: 13/07/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Deferido o Requerimento n. 2.360/2015, conforme despacho do seguinte teor: "Defiro o Requerimento n. 2.360/2015. Apense-se o Projeto de Lei Complementar n. 44/2011 ao Projeto de Lei Complementar n. 366/2013, nos termos do art. 142, caput, combinado com o art. 143, II, "a", do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Publique-se. Oficie-se." Inteiro teor	Câmara dos Deputados
80	PLP 00025/2007 CD	Barbosa Neto	Dá nova redação ao caput do art. 79 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.	Prorroga o prazo para que as empresas optantes do Simples Nacional ou "Supersimples", tenham o direito de parcelar os débitos relativos a fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2006.	Data: 16/07/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Parecer recebido para publicação. Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei Complementar nº 25, de 2007, do Sr. Barbosa Neto, que "dá nova redação ao caput do art. 79 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006" (Simples Nacional ou "Supersimples"), e apensados Publicado em avulso e no DCD de 17/07/2015, Letra C.	Câmara dos Deputados

Nº	Identificação	Autor	Ementa	Síntese	Última Ação	Casa Atual
81	PLP 00448/2014 CD	Deputado Guilherme Campos	Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 para reorganizar e simplificar a metodologia de apuração do imposto devido por optantes do Simples Nacional, e dá outras providências.		Data: 08/07/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: PLENÁRIO (PLEN) Apresentação do Requerimento de Apensação n. 2443/2015, pelo Deputado Walter Ihoshi (PSD-SP), que: "Requer, nos termos regimentais, a tramitação conjunta dos Projetos de Lei Complementar nº 130, de 2007, e seus apensos, com o Projeto de Lei Complementar nº 448, de 2014, e seus apensos".	Câmara dos Deputados

SIGLAS UTILIZADAS NO PROCESSO LEGISLATIVO					
SIGLA	**NOME**	**EXPLICAÇÃO**	**SIGLA**	**NOME**	**EXPLICAÇÃO**
CD	Câmara dos Deputados		PEC	Proposta de Emenda à Constituição	Espécie legislativa com rito diferenciado para aprovação (3/5 em dois turnos nas duas casas).
SF	Senado Federal		PLP	Projeto de Lei Complementar	Projeto de espécie legislativa com quórum diferido (maioria absoluta);
PL	Projeto de Lei	Nome que recebem os projetos de lei ordinária na Câmara dos Deputados.	SCD	Substitutivo da Câmara dos Deputados	Nomenclatura utilizada no Senado Federal quando um projeto iniciado nesta Casa vai a câmara e tem seu texto alterado. Ao retornar ao Senado para apreciação das alterações feitas, o projeto tramita na forma de um substitutivo da Câmara dos Deputados
PLC	Projeto de Lei da Câmara	Nome que recebem os projetos de lei ordinária já aprovados pela Câmara e em tramitação no Senado.		Apensado	Quando um projeto tramita em conjunto com outro, principal. O apensado segue a tramitação do principal, por ambos tratarem da mesma matéria.
PLS	Projeto de Lei do Senado	Nome que recebem os projetos de lei ordinária que tem como casa iniciadora o Senado Federal.	REQ	Requerimento	